

O Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) sob a perspectiva dos processos e estratégias relacionadas à Agricultura Familiar brasileira.

Sustainable Rural Development (DRS) from the perspective of processes and strategies related to Brazilian Family Farming.

Desarrollo Rural Sostenible (DRS) desde la perspectiva de procesos y estrategias relacionados con la Agricultura Familiar Brasileña.

Marciane Fachinello

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, da Universidade do Oeste do Paraná-UNIOESTE
marcianefachinello@gmail.com

Giovana Paludo Giombelli

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS
gp.giombelli@hotmail.com

RESUMO

O objetivo deste estudo consiste em compreender o desenvolvimento rural sustentável e suas alternativas para a agricultura familiar. Um sistema agroalimentar reúne diversos elementos (ambiente, pessoas, processos, infraestruturas e instituições) e atividades que se relacionam com a produção, processamento, distribuição, preparo e consumo de alimentos, considerando também os resultados destas atividades, sejam eles de dimensão socioeconômica ou ambiental. Como contribuição teórica e metodológica a análise possibilitou trazer elementos para entender o desenvolvimento rural sustentável sob as perspectivas e estratégias para a agricultura familiar voltadas a sustentabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura familiar, desenvolvimento, sustentabilidade

SUMMARY

The objective of this study is to understand sustainable rural development and its alternatives for family farming. An agri-food system brings together several elements (environment, people, processes, infrastructures and institutions) and activities that are related to the production, processing, distribution, preparation and consumption of food, also considering the results of these activities, whether of a socioeconomic or environmental dimension. As a theoretical and methodological contribution, the analysis made it possible to bring elements to understand sustainable rural development from the perspectives and strategies for family farming aimed at sustainability.

KEYWORDS: Family farming, development, sustainability

RESUMEN

El objetivo de este estudio es comprender el desarrollo rural sostenible y sus alternativas para la agricultura familiar. Un sistema agroalimentario reúne varios elementos (medio ambiente, personas, procesos, infraestructuras e instituciones) y actividades que están relacionadas con la producción, procesamiento, distribución, preparación y consumo de alimentos, considerando también los resultados de estas actividades, ya sean de tipo dimensión socioeconómica o ambiental. Como aporte teórico y metodológico, el análisis permitió traer elementos para comprender el desarrollo rural sostenible desde las perspectivas y estrategias de la agricultura familiar orientadas a la sostenibilidad.

PALABRAS CLAVE: Agricultura familiar, desarrollo, sostenibilidad

1. INTRODUÇÃO

Durante a história da humanidade encontramos vários fatos que foram fundamentais para seu desenvolvimento. A revolução industrial foi um dos principais pontos, onde ocorreram grandes mudanças nas práticas agrícolas e conseqüentemente na sociedade rural, no período que corresponde ao fim do século XVIII e o início do século XIX, tendo como principal objetivo o aumento da produção de alimentos.

Com a história humana em constante avanço, a economia e as relações sociais tornaram-se mais complexadas. Diretamente influenciaram para intensificar a industrialização mundial e em contra partida o processo do êxodo rural se intensificou. Diante disso, inúmeras pessoas deixaram o campo em busca de trabalho e oportunidade no meio urbano, ocorrendo o processo de urbanização.

Muitos autores retratam estes acontecimentos como o desenvolvimento de uma sociedade como um todo. As concepções de desenvolvimento são muito perceptíveis quando o mundo passa por mudanças sociais e por um ideal de modernização. Onde recursos naturais, o capital, o trabalho e a tecnologia passam a ser caracterizados por fatores de produção indispensáveis para um país crescer.

Um destes autores é Marx, este enfatiza que o modo de produção, como sendo permanentemente em movimento baseado nas relações de forças produtivas e nas relações sócias de produção que inclui a produção, a distribuição e o consumo. As forças produtivas incluem: as características naturais dos meios de produção, as formas de organização que podem ser individual, cooperação simples ou complexa. As relações sociais de produção podem ser comunitárias, tributárias mercantis, escravistas, feudais, capitalistas e socialistas. Com o desenvolvimento do capitalismo as relações de produção mudaram. Marx analisa os camponeses da Inglaterra. A terra era dos senhores feudais. Os camponeses são expulsos, pois o senhor feudal começou a produção de ovelha para produzir lã, os camponeses acabaram indo para as cidades ser mão de obra nas empresas. Na Inglaterra surge uma figura interessante que é os arrendatários capitalistas.

Outro autor que aborda as mudanças no meio rural foi Kautsky, este analisou a via prussiana, onde estudou a modernização do grande latifúndio. Analisa a comunidade camponesa da Idade Média, a industrialização da agricultura, o revolucionamento dos transportes (vapor, barateamento do custo de mercadorias), coloca os camponeses frente ao mercado. O autor afirma que a energia elétrica iria ter um papel importante, pois na época não havia a máquina de explosão.

Já Lenin analisou a via farmer ou via americana, onde a agricultura assume caráter comercial, de empresas e não apenas na produção de consumo. Expansão do assalariamento também entre parcela de camponeses, alguns camponeses são expulsos da terra. Especialização da produção agrícola e alguns produtos (monocultivos). Agricultura vira mercado para o capitalismo ao consumir insumos e produtos.

Impulsionou o progresso técnico da agricultura, a especialização as produção gerou deslocamento de massas camponesas.

Este autor estudou ainda a passagem da agricultura natural para a agricultura mercantil. A área de terra não diz se é mais ou menos capitalista, não é o tamanho da terra que determina e sim o tipo de exploração e a intensidade de capital. O que você faz com a terra é mais importante do que o tamanho da área.

É importante salientar o contexto em que os autores estavam inseridos, os três eram contemporâneos, vivendo entre o século XIX e início do XX, momento histórico de grandes transformações sociais, em que o modo de produção capitalista tornava-se hegemônico. Os três, além de pesquisadores teóricos, eram também militantes políticos vinculados a partidos de esquerda, para compreender o que os autores defendiam.

Neste sentido, busca-se observar que quando se analisa o desenvolvimento rural sustentável a uma enorme preocupação, pois neste momento em que vivemos é inevitável perceber que este modelo de desenvolvimento está inadequado ou insustentável no que diz respeito ao econômico, social e ambiental. Desta forma se faz necessário analisarmos o desenvolvimento de várias formas e percepções.

Em meio a estas percepções de desenvolvimento rural sustentável, novos olhares surgem, a exemplo disto é a agroecologia, que surge em meio a esta crise ecológica e social.

Com base nestas considerações, este artigo objetiva analisar como o desenvolvimento rural sustentável é indispensável para a Agroecologia e conseqüente o papel do estado em buscar novas políticas públicas para que este projeto saia do papel.

2. METODOLOGIA

Este estudo constitui-se de uma revisão da literatura, no qual realizou-se uma consulta a livros, periódicos e artigos científicos. Referente a temática do desenvolvimento rural sustentável a Agroecologia e as políticas públicas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

É importante a reflexão do que é desenvolvimento, para quem, como, as causas e as conseqüências sobre que tipo de desenvolvimento estamos falando, dentre outras questões norteadoras. A Agroecologia em meio ao contexto do desenvolvimento sustentável, esta ciência surge como um momento de resistência ao modelo vigente (modelo convencional de produção), e o desenvolvimento sustentável esta sendo inserido nesse processo. Estas reflexões nos fazem pensar a essência do que se trata o

desenvolvimento e a sua relação com a Agroecologia, também nos faz refletir a importância do desenvolvimento de políticas públicas que fortaleçam a sociedade como um todo, que pensa de forma diferente e acredita em um mundo melhor, onde as pessoas se alimentem de comida de verdade e não de produtos ultra processados com cada vez mais contaminantes em sua formulação.

3.1 DESENVOLVIMENTO PARA QUEM???

Como substantivo, *desenvolvimento* é o efeito de desenvolver(se) que também pode ser confundido como sinônimo de crescimento, aumento e progresso; caracteriza o estágio econômico, social ou político de uma comunidade de altos índices de rendimento dos fatores de produção: recursos naturais, capital e trabalho. Como verbo, desenvolver significa fazer crescer, progredir, aumentar, melhorar, adiantar, dar origem, gerar, produzir, tornar forte, expandir, estender, prolongar. Também significa tirar do invólucro, desenrolar, desembrulhar (MARTINS, 2004, p.1).

No passar dos anos e com a evolução da ciência, ocorreu uma separação entre o que é desenvolvimento e o que é crescimento - da mesma forma a desmistificação de que o homem não faz parte da natureza. Observa-se que ocorrem vários paradigmas em nossa sociedade que marca o verdadeiro sentido do desenvolvimento.

Muitas vezes idealizamos que a concentração de riquezas é onde há oportunidades e desenvolvimento, isto seria o ideal, mas não é o que encontramos. Para cada região, cada país, cada pessoa, desenvolvimento tem um sentido e dependendo da forma que utilizamos pode significar muito ou mesmo nada. Isso é bem visível no modelo capitalista em que vivemos, onde a natureza é provedora de produção de bens e nada mais “gerando” o desenvolvimento local.

Esta concepção de desenvolvimento é muito perceptível quando o mundo passa por mudanças sociais e por um ideal de modernização. Onde recursos naturais, o capital, o trabalho e a tecnologia passam a ser caracterizados por fatores de produção indispensáveis para um país crescer.

Neste sentido, o autor Furtado (2000) já discorre que o desenvolvimento atende diretamente a produtividade e as necessidades da sociedade, assim a dois critérios fundamentais que o norteia: o primeiro seria mais voltado para a eficiência e a produtividade do processo técnico e o segundo volta-se para a satisfação das necessidades humanas.

Da mesma forma Favaretto (2006) traz outros paradigmas para uma “ruptura” na noção de desenvolvimento a partir da década de 1970, mas com uma visão do agrário para o territorial. Ele traz em seu discurso a questão da ruralidade no Brasil, enquanto

o mundo emergia em grandes produções, em termos gerais. Conhecida como a era de ouro.

O Brasil modernizava sua agricultura, vista como produtora e consumidora de bens e principalmente ajudava a urbanização no país. Por mais tardia que seja essa urbanização, “é assim que a ‘rede de latifúndios’ vai sendo substituída por uma ‘rede de cidades’, de maneira similar ao que acontecera na América hispânica” (FAVARETO, 2006 p. 93).

Neste sentido, observa-se que o desenvolvimento tem várias nuances, e diretamente envolve-se outros adjetivos juntos, como a palavra sustentável, ou seja, “com profundas ambigüidades e contradições, a expressão *desenvolvimento sustentável* pressupõe considerar as dimensões econômica, social e ambiental (MARTINS, 2004, p7)”.

Nesta conjuntura, o autor Thomas (2000), diz que há três sentidos para o desenvolvimento: visão, processo e prática. Sendo que a última mais prevalece. Desta forma conseguimos nortear os vários significados de desenvolvimento na visão agrária: Desenvolvimento agrário: acesso a terra das populações; Desenvolvimento agrícola: promover a produção agrícola ou pecuária; Desenvolvimento rural: atividades não agrícolas, e sim industriais e turismo; Desenvolvimento rural sustentável: Vem ao encontro de pensamentos mais viáveis de um modelo mais sustentável de vida.

Neste sentido, preocupação com o desenvolvimento sustentável é um sinal claro que o modelo de desenvolvimento vigente é insustentável ou inadequado do ponto de vista econômico, social e ambiental. É o reconhecimento de que os recursos naturais são limitados e que o desenvolvimento deve trilhar um caminho de maior justiça social (MENEGETTI, 2000; ALTIERI, NICHOLLS, 2000).

Assim, o desenvolvimento sustentável pode ser entendido como uma forma de garantia da diversidade democrática, de autodeterminação dos povos, de respeito à diversidade cultural, natural e biológica, da participação nas suas diferentes formas, como escolhas políticas, deslocando a racionalidade econômica para o campo da ética (MENEGETTI, 2000; ALTIERI, NICHOLLS, 2000; SANTOS, et al, 2009).

Ao analisar essas dimensões vislumbram-se as mudanças no modo de viver dos agricultores, que através da harmonização das atividades agrícolas com a qualidade do meio aonde vivem, procuram a busca da sustentabilidade. Ou seja, identifica-se uma contradição interna fundamental do sistema de mercado como regulador das atividades econômicas da sociedade: um “duplo movimento” (POLANYI; 2000)”. Ressalta que é necessário uma revitalização do mundo rural, com a valorização dos agricultores familiares locais para que não sejam meros fornecedores de matérias-primas (NICHOLSON;2008).

Diante do exposto, o poder público tem papel fundamental na definição dos modelos de desenvolvimento e qualidade a serem seguidos, portanto, constituir-se em um ator-chave na construção de formas de produção e consumo de alimentos que

primem pela observância das diretrizes da segurança alimentar e nutricional e da produção sustentável (TRICHES, SCHNEIDER, 2010).

Mediante a este contra movimento, no Brasil, nas últimas décadas, a agroecologia vem se destacando como uma alternativa para um desenvolvimento mais sustentável e tem suas raízes fortemente ligadas à agricultura familiar encontrando nesta as características necessárias para sua realização (SANTOS, et al, 2009).

3.2 AGROECOLOGIA

Mediante esta perspectiva, é fundamental formar consumidores mais conscientes, empenhados em busca de um consumo mais crítico e responsável. Assim o Estado torna-se um forte ator para desempenhar esta função. Observa-se que o campesinato ou a agricultura familiar necessariamente precisam de políticas públicas que ajudem a fortalecer essa categoria.

A agroecologia emerge em meio ao contexto do agravamento da crise ecológica (contaminação do solo, da água e da atmosfera) e social (doenças, alergias, concentração de riquezas nas mãos de poucos) que vem sendo exposta a sociedade global pelos movimentos ecologistas, principalmente nos últimos 30 anos, associada à internacionalização da agricultura industrializada como forma hegemônica de manejo dos recursos naturais (MOREIRA, CARMO, 2004). Além disso, a partir de 1960, a agroecologia se mesclou com o movimento ambientalista, questionando o sistema agroalimentar moderno e, em 1980, se estabeleceu como prática agrícola (AZEVEDO, PELICIONI, 2011).

Diferentemente da agricultura convencional, a agroecologia representa na prática um modelo viável de produção animal e vegetal, baseado em tecnologias que atendem aos princípios de produtividade, rentabilidade e qualidade do produto, além de considerar sobremaneira os aspectos socioambientais e de saúde, pois procura respeitar o meio ambiente, oportunizando renda aos agricultores e respeitando a sociedade (ABREU, COSTA NETO, 2008).

Atualmente encontramos diversos autores que definem a agroecologia em vários contextos. Gliessman quebra um paradigma de séculos, a questão que somente a ciência tem conhecimento. Ele expõe a necessidade de ouvir e buscar informações com os povos tradicionais e antigos, que cuidavam e sabiam do que era necessário ou não. Observavam a natureza num todo. Neste sentido, o autor comenta que a agroecologia seria a junção perfeita, pois esta integra a ciência, a prática e o ativismo, ou seja, a agroecologia é um espaço de conhecimento que permite a união de várias disciplinas, permitindo haver uma visão mais ampla. Outro fator importante que este autor faz, é defender uma agricultura sustentável e produtiva, no sentido de não precisar abandonar as práticas convencionais e retornar ao passado, mas sim adaptar estas novas técnicas ao modelo.

Já Guzmán comenta que a agroecologia é baseada no manejo participativo dos recursos naturais, visa propostas alternativas de desenvolvimento local, ou seja, a agroecologia leva em conta os valores locais, a diversidade histórica, local e cultural. Sevilla Guzmán vai além e faz uma interação entre os sistemas sociais e ambientais, colocando a agroecologia consorciada com as ciências naturais (ecologia e agronomia) e as ciências sociais (sociologia e antropologia). A agroecologia é baseada por inúmeras fontes, realizando uma ponte entre o conhecimento empírico ao científico.

Sarandón observa a agroecologia como um modelo de agricultura social e culturalmente aceitável, que valoriza crenças. Tendo um caráter multidimensional como a produtiva, ecológica, temporal, econômica, social e cultural.

Observa-se que à agroecologia, constitui um novo paradigma agroalimentar, que esteja baseado na implementação do direito à alimentação; no acesso aos recursos; numa produção sustentável, com prioridade aos mercados e circuitos de comercialização locais, propondo resolver o problema da escassez de alimentos (ABREU, COSTA NETO, 2008). Caporal, et al (2009) ainda complementa:

Agroecologia, mais do que simplesmente tratar sobre o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas mais diferentes inter-relações e mútua influência. [...]a Agroecologia proporciona as bases científicas, para a promoção de estilos de *agriculturas mais sustentáveis*, tendo como um de seus eixos centrais a necessidade de produção de alimentos em quantidades adequadas e de elevada qualidade biológica para toda a sociedade, numa perspectiva que favorece a busca da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.

Portanto, pensar em sociedade sustentável, obriga a imaginar uma sociedade que não seja injusta e que necessita ser reconstruída (MARTINS, 2004). Portanto, é evidente que o poder público tem papel fundamental na definição dos modelos de desenvolvimento e qualidade a serem seguidos, portanto, constituir-se em um ator-chave na construção de formas de produção e consumo de alimentos que primem pela observância das diretrizes da segurança alimentar e nutricional e da produção sustentável (TRICHES, SCHNEIDER, 2010).

3.3 POLITICAS PÚBLICAS

Como os próprios autores citam que a história colonial e econômica de nosso país interviu fortemente para o rumo do desenvolvimento rural. “A escolha do desenvolvimento foi uma decisão forçada da relação de subserviência com a colônia, por outro, o tipo de desenvolvimento pelo qual optamos decorreu das questões agrícolas que elegemos com primazia” (MIELITZ NETO, 2010, p18).

O mercado de produtos agrícolas, cada vez mais atrelado ao mercado mundial, está se tornando cada vez mais exigente, tanto em questões de sanidade como certificação de procedência dos produtos e quanto maior a distância do produtor ao consumidor, maiores são os entraves (MENDONÇA, et al. 2010).

Perante estes entraves o Estado resolve intervir criando um programa de fortalecimento da agricultura. O processo de comercialização, por exemplo, ganhou algumas ferramentas e programas que facilitam a compra de produtos direto da agricultura familiar. Essas intervenções do Estado no comércio são representadas por alguns programas como, Programa Aquisição de Alimentos e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar, entre outros, que desburocratizaram o sistema de compras pelo Estado.

Para Araújo (2007) o mercado institucional deve ser entendido como aquele em que o Estado exerce um papel fundamental no processo de comercialização dos produtos, criando programas que viabilizem as ações no âmbito dos programas e políticas de segurança alimentar, sempre buscando atender as populações em maior vulnerabilidade social.

Embora o papel do Estado seja importante na manutenção de políticas públicas, como as de aquisição de alimentos, sem a ação das organizações da agricultura familiar, seus sindicatos, cooperativas e associações esses programas não teriam avanços consideráveis.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e têm como objetivo suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos estudantes. Sua origem se dá na década de 1940 com o então governo de Getúlio Vargas, mas somente na década de 1950 é que começa a operar o Programa de Alimentação Escolar que contava com o orçamento vindo do Fundo Internacional de Socorro a Infância – FISI. Em 1955 foi assinado o primeiro decreto que criava a Campanha de Merenda Escolar – CME que ficava sob o comando do Ministério da Educação. Em 1956 passou a se chamar Campanha Nacional de Merenda Escolar – CNME, que buscava desenvolver o programa em todo o país (FNDE, 2016).

Em 2001 criou-se a medida provisória nº 2.178 que estabelece obrigatoriedade da compra de 70% dos recursos transferidos pelo governo federal em produtos básicos que respeitem os hábitos alimentares regionais e a vocação agrícola da região. Outro avanço importante em 2009 é a Lei nº 11.947 que definiu a compra de 30%, do valor repassado pelo FNDE, da agricultura familiar com preferência para produtos orgânicos. No caso da compra de produtos orgânicos os mesmos recebem 30% a mais em seu valor por serem certificados. Nesse momento, a agricultura familiar tem uma grande oportunidade de acesso a mercados locais (FNDE, 2016). Podemos observar que a partir de 2009 com o decreto dos 30% dos recursos para aquisição da agricultura familiar um importante mercado se abre para os agricultores familiares.

O valor a ser recebido por aluno varia conforme a modalidade de ensino frequentada, segundo Resolução Nº 26 de Junho de 2013 no seu Art. 38 que dispõe sobre os valores a serem repassados para as escolas:

II - o valor per capita para oferta da alimentação escolar a ser repassado será de:

a) R\$ 0,30 (trinta centavos de real) para os alunos matriculados no ensino fundamental, no ensino médio e na Educação de Jovens e Adultos - EJA;

b) R\$ 0,50 (cinquenta centavos de real) para alunos matriculados na pré-escola, exceto para aqueles matriculados em escolas localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos;

c) R\$ 0,60 (sessenta centavos de real) para os alunos matriculados em escolas de educação básica localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos;

d) R\$ 1,00 (um real) para os alunos matriculados em escolas de tempo integral com permanência mínima de 7h (sete horas) na escola ou em atividades escolares, de acordo com o Censo Escolar do INEP/MEC;

e) R\$ 1,00 (um real) para os alunos matriculados em creches, inclusive as localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos;

III - para os alunos do Programa Mais Educação haverá complementação financeira de forma a totalizar o valor per capita de R\$ 0,90 (noventa centavos de real);

IV - para os alunos que frequentam, no contraturno, o AEE, o valor per capita será de R\$ 0,50 (cinquenta centavos de real); (FNDE, 2013, p.18-19).

Outro programa importante do Estado é o programa de aquisição de alimentos – PAA foi instituído através do artigo 19 da Lei 10.696/2003, foi alterado pela Lei 12.512/2011 e regulamentado pelo Decreto 7.775 de 2012, é uma das ações que compõe o Brasil sem Miséria no seu eixo Inclusão Produtiva Rural. A partir dessa regulamentação o PAA passa a ser executado mediante um termo de adesão dispensando convênios. Trata-se de uma ação do Governo Federal para colaborar no enfrentamento da fome, pobreza e fortalecimento da Agricultura Familiar. O Programa conta com mecanismos de comercialização que visam favorecer a aquisição direta de produtos de agricultores familiares e das instituições que representam o setor.

Segundo o Decreto Nº 7.775 de 2012 o PAA integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN e tem as seguintes finalidades:

I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de alimentos e à geração de renda;

II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;

III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;

IV - promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, inclusive para prover a alimentação escolar nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos;

- V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;
- VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;
- VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização;
- VIII - promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional;
- IX - estimular o cooperativismo e o associativismo. (BRASIL, 2012, p. 1).

O PAA é executado com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS em parceria com estados, municípios e com a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab responsável pela execução do programa. De sua criação em 2003 até 2005 o PAA foi operado pelo MDS e a partir de 2006 é que passou a ter participação do MDA. Podem acessar a política do PAA agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas, comunidades tradicionais e empreendimentos familiares rurais portadores da Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP.

Os alimentos são adquiridos parte pelo governo diretamente dos agricultores e parte são adquiridos por organizações da agricultura familiar. Esses alimentos são mantidos em estoque para venda em momento mais propício como também podem ser feitas doações simultâneas para a população em maior vulnerabilidade social.

O Art. 17 do Decreto Nº 7.775 de 05 de Julho de 2012 estabelece as modalidades de execução do PAA:

- I - Compra com Doação Simultânea - compra de alimentos diversos e doação simultânea às entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e, em condições específicas definidas pelo GGPAA, à rede pública e filantrópica de ensino, com o objetivo de atender demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;
- II - Compra Direta - compra de produtos definidos pelo GGPAA, com o objetivo de sustentar preços, atender a demandas de programas de acesso à alimentação e das redes socio assistenciais e constituir estoques públicos;
- III - Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite - compra de leite que, após beneficiamento, é doado aos beneficiários consumidores;
- IV - Apoio à Formação de Estoques - apoio financeiro para a constituição de estoques de alimentos por organizações fornecedoras, para posterior comercialização e devolução de recursos ao Poder Público ou destinação aos estoques públicos;
- V - Compra Institucional - compra voltada para o atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios; (BRASIL, 2012, p.8).

As ações do Estado através das políticas públicas trouxe grande influência sobre a agricultura familiar, desenvolvimento local e regional. Carvalho e Turpin (2008) salientam que a alimentação escolar vai muito além de suprir as necessidades energéticas e nutricionais, estão ligadas também à geração de renda para as populações

locais, valorização da vocação agrícola regional, educação ambiental e ao desenvolvimento.

Comprando produtos da agricultura familiar o município movimenta a economia local, fortalecendo o vínculo com a população, valorizando sua produção e distribuindo melhor a renda, já que a parcela de população fornecedora dos produtos é geralmente a parcela mais carente do município. Turpin (2008) reforça a importância da compra local pelo aspecto da geração de confiança, cooperação e acúmulo de capital social entre produtor e comprador.

A compra de alimentos da agricultura familiar sob o aspecto da alimentação escolar reforça o cumprimento do que determina a legislação do PNAE, que é o respeito pelos hábitos alimentares locais e a vocação agrícola da região. Esses aspectos contribuem para a saúde nutricional dos estudantes, pela aceitação do alimento, menor desperdício e para a aproximação da realidade agrícola local, que por vezes é desconhecida na escola, além de diminuir os custos energéticos de combustíveis, sendo estes, na maioria de suas vezes fósseis.

Morgan & Sonnino (2007) trazem a reflexão acerca da refeição consumida na escola, como uma ferramenta de educação que fornece um contexto para promover, através de aquisições locais, os valores e significados ligados aos alimentos. Para os agricultores familiares o PNAE representa um novo mercado, capaz de garantir renda e valorizar os seus produtos. Com a alimentação escolar o agricultor familiar consegue inserir boa parte de sua produção a preços mais justos e com continuidade garantida por lei. A valorização vai muito além daquela imposta ao alimento através de um preço mais justo, está ligada a valorização de um estilo de vida próprio da agricultura familiar.

Outro aspecto fundamental a ressaltar é de que alimentação escolar e o incentivo a produção orgânica, a opção por produtos orgânicos corrobora com a preservação do meio ambiente, que é uma das bases para o desenvolvimento sustentável, pois reduz o uso de insumos como adubos químicos e agrotóxicos, responsáveis hoje pela grande contaminação do ambiente agrícola, como já mencionada anteriormente.

A comercialização através de mercados institucionais apresenta alguns riscos vinculados principalmente à instabilidade diante da mudança de governos e descontinuidade pela falta de planejamento dos órgãos governamentais.

A visão sobre o papel das políticas públicas na sociedade diverge conforme as estratégias de desenvolvimento de cada governo, que por sua vez, dependem da orientação política de quem governa. Configurado como uma política pública para combater a fome e a desnutrição tanto o PAA quanto o PNAE apresentam instabilidades frente à essas mudanças.

Estes programas, bem como outros como o Fome Zero e demais programas importantes, deveriam deixar de ser dependentes da boa vontade dos governantes e tornarem-se importantes ferramentas de promoção de fortalecimento da agricultura

familiar, da Agroecologia e do Desenvolvimento Rural Sustentável. Por oportunizar a permanência das pessoas no campo e por promoverem condições dignas de vida as pessoas, principalmente os mais pobres, produzindo alimentos saudáveis para o autoconsumo e a venda do excedente, gerando renda a família.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante salientar que nos últimos anos, as ações voltadas à sustentabilidade têm ganhado força e espaço no âmbito mundial, mesmo de maneira meia tímida, e tem originado algumas ações governamentais, visando ampliar os incentivos financeiros e políticas públicas para beneficiar as práticas sustentáveis. Uma dessas ações foi a compra de alimentos nos mercados institucionais.

O mercado institucional através dos PNAE e do PAA tem incentivado a diversificação das unidades familiares, a agregação de valor dos produtos, melhorando a renda e as condições de vida da família. A presença de alimentos da agricultura familiar no espaço escolar tem promovido sua valorização e educação ambiental através da reconexão entre consumidor e o agricultor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M.B.; NETO, C.C. **Sustentabilidade agroecológica entre agricultores familiares assentados: um estudo da produção animal no assentamento fazenda São Fidélis**– Rio de Janeiro 2008.

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C.L. **Agroecología: Teoría y práctica para una agricultura sustentable**. Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente, Primera edición: 2000.

ARAUJO, E. V. et al. **Estudo dos mercados locais de produtos ecológicos: potencialidades e limites – estudo de caso nas regiões de Curitiba- PR e Caxias do Sul – RS**.

AZEVEDO, E.; PELICIONI, M.C.F. **Promoção da Saúde, Sustentabilidade e Agroecologia: uma discussão intersetorial**. Saúde Soc. São Paulo, v.20, n.3, p.715-729, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 7.775** de 04 de Julho de 2012: regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos. 2012. Disponível em:< <http://www.planalto.gov.br> >. Acesso em: 25 jul. 2023.

BRASIL. **Lei 11.326** de Julho de 2006: estabelece as diretrizes para a formulação da política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em:< <http://www.planalto.gov.br> >. Acesso em: 20 jul. 2023.

CARVALHO, D. G. Licitações sustentáveis, alimentação escolar e desenvolvimento regional: uma discussão sobre o poder de compra governamental a favor da sustentabilidade. **Planejamento e políticas públicas**, Brasília, n. 32, jan./jun. 2009. Disponível em:< <http://ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/12/14>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão** – do agrário ao territorial. Cap. 1 – Desenvolvimento. São Paulo: Iglu/FAPESP, 2007.

Revista de Tecnologia & Gestão Sustentável

ISSN 2764-6769 – volume 2, número 6, 2023

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Programa Nacional da Alimentação Escolar**. 2014. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. 2013, Disponível em:< <http://www.fnde.gov.br>>. Acesso em: 20 set.2023